

Manifestação Desportiva: Desporto de
 CNPJ: 97.951.636/0001-50
 Cidade: Torres UF: RS
 Valor autorizado para captação: R\$ 225.601,59
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0778 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada)
 vinculada nº 31151-0
 Período de Captação até: 04/09/2021

2 - Processo: 71000.032231/2019-49
 Proponente: Centro de Treinamento de Polo Feminino
 Título: Centro de Treinamento de Polo 7
 Registro: 02SP091802011
 Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
 CNPJ: 05.519.656/0001-39
 Cidade: Guará UF: SP
 Valor autorizado para captação: R\$ 577.176,43
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2092 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada)
 vinculada nº 17802-0
 Período de Captação até: 02/10/2021

3 - Processo: 71000.043333/2019-90
 Proponente: Instituto Brasil Igualdade Social
 Título: Karatê Oriente
 Registro: 02MG016022007
 Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
 CNPJ: 08.654.457/0001-21
 Cidade: Timóteo UF: MG
 Valor autorizado para captação: R\$ 270.520,23
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2864 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada)
 vinculada nº 58166-6
 Período de Captação até: 02/10/2021

4 - Processo: 71000.046443/2019-11
 Proponente: Instituto Compartilhar
 Título: Vôlei em Rede Núcleo Paraná - Ano VII
 Registro: 02RJ019042008
 Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
 CNPJ: 05.640.208/0001-99
 Cidade: Curitiba UF: PR
 Valor autorizado para captação: R\$ 1.612.762,84
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2926 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada)
 vinculada nº 34053-7
 Período de Captação até: 02/10/2021

5 - Processo: 71000.030860/2019-34
 Proponente: Motortech Competições
 Título: DNA de Vencedor nas Pistas
 Registro: 02RS050022009
 Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
 CNPJ: 10.384.111/0001-00
 Cidade: Caxias do Sul UF: RS
 Valor autorizado para captação: R\$ 1.203.565,15
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2871 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada)
 vinculada nº 54084-6
 Período de Captação até: 02/10/2021

ANEXO II

1 - Processo: 58000.115151/2017-06
 Proponente: Federação Paraense de Judô
 Título: Circuito Paraense de Judô 2018
 Valor autorizado para captação: R\$ 223.122,20
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4451 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada)
 vinculada nº 29969-3
 Período de Captação até: 04/07/2020

2 - Processo: 58000.118629/2017-41
 Proponente: Sociedade Espírita Fraternalidade
 Título: Esporte e Educação - Ano II
 Valor autorizado para captação: R\$ 290.427,17
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4767 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada)
 vinculada nº 25030-9
 Período de Captação até: 04/10/2020

CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA
 REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2019

Às nove horas e trinta e um minutos do dia doze de setembro de dois mil e dezoito, o Secretário Especial do Esporte, Décio Brasil, deu início à quinquagésima Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Esporte - CNE, no escritório de representação do Ministério da Cidadania, localizado Av. Embaixador Abelardo Bueno 3401 - Parque Olímpico da Barra, Arena 1 - Rio de Janeiro - RJ. Conselheiros presentes: Osmar Terra - Ministro de Estado da Cidadania; Décio Brasil - Secretário Especial do Esporte; Marco Aurélio Souto de Araújo - Secretário Especial Adjunto do Esporte; Emanuel Fernando Scheffer Rego - Secretário Nacional de Alto Rendimento - SNEAR; Washington Stecanela Cerqueira - Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNEILIS; Ronaldo Lima dos Santos - Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor - SNFDT; Luísa Parente Ribeiro Rodrigues de Carvalho - Secretária Nacional da Autoridade Brasileira de Controle Antidopagem - ABCD; Paulo Wanderley Teixeira - Representante do Comitê Olímpico Brasileiro - COB; Antônio Hora Filho - Representante do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Esporte e Lazer; Pedro Antônio de Mello - Representante dos Secretários e Gestores Municipais de Esporte e Lazer; Sérgio Kúdi Sartori - Representante do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF; Vicente Molina Neto - Representante do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte - CBCE; Humberto Aparecido Panzetti - Representante da Organização Nacional das Entidades do Desporto - ONED; Luciano Atayde Costa Cabral - Representante da Confederação Brasileira de Desporto Universitário - CBDU / Confederação Brasileira de Desporto Escolar - CBDE; Ana Beatriz Moser - Representante da Sociedade Civil Ligado ao Esporte; Carlos Robson Gracie - Representante do Esporte Nacional; Dagoberto Fernando dos Santos - Representante Suplente da Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor - SNFDT; Rogério Sampaio Cardoso - Representante Suplente do Comitê Olímpico Brasileiro - COB; Walfrido José Amaral - Representante Suplente do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF; Coronel (EB) Alexandre Gindri Angonese - Representante Suplente da Comissão Desportiva Militar do Brasil - CDMB; Giuseppe Maurício Fernandez - Representante da Organização Nacional das Entidades do Desporto - ONED; Robson Lopes Aguiar - Representante Suplente da Confederação Brasileira de Desporto Universitário - CBDU / Confederação Brasileira de Desporto Escolar - CBDE; Lieriana Del Giudice Figueiredo - Representante Suplente da Sociedade Civil Ligado ao Esporte. Participaram também da reunião: Celso Perlicio da Silva - Diretor de projetos da Secretaria Especial do Esporte; José Carlos Salgueiro Pinheiro - Assessor da Secretaria Especial do Esporte; Mário Brasil do Nascimento - Diretor do Departamento de Infraestrutura de Esporte; Lars Grael; Edson Garcia - Representando o Comitê Brasileiro de Clubes - CBC; Jorge Steinhilber - Presidente do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF; Aildo Rodrigues Ferreira - Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Estado de Esportes. Pauta: 1. 1.Secretaria Especial do Esporte - SEESP/JMC Abertura; Apresentação da SEESP; Relação atualizada de Conselheiros do CNE; Funcionamento do CNE e periodicidade das reuniões;

deliberação sobre proposta de alteração da periodicidade das reuniões de mensais/bimestrais para quadrimestrais; Plano Nacional do Desporto (PND): discussão sobre ajustes ao texto-base e deliberação sobre o conteúdo final a ser encaminhado ao Congresso Nacional; Indicação de novos membros do TJD-AD. Nos termos do art. 55-A da Lei nº 9.615/98 (Lei Pelé) e do art. 62 do Código Brasileiro Antidopagem, dada a renúncia em julho de 2019 de membro indicado pelo Sindicato dos Atletas; Comissão Nacional de Atletas (CNA); Processo de Prestação de Contas dos recursos oriundos da Lei Agnelo-Piva; Esportes (Esporte Eletrônico) 2. Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem - ABCD Atualização da Resolução nº 60/2018, que determina os procedimentos para certificação, credenciamento e pagamento de oficiais de controle de dopagem e oficiais de coleta de sangue. Regulamenta os atos praticados pela Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem - ABCD para a certificação de oficiais de controle de dopagem e oficiais de coleta de sangue e dá outras providências; Revogação da Resolução nº 53/2017; Apresentação do Plano de Gestão da ABCD e do cronograma da Política Nacional Antidopagem. 3. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNEILIS Relatório de utilização dos recursos oriundos da Lei Agnelo-Piva: deliberação sobre proposta de Ofício às 27 Unidades Federativas solicitando informações detalhadas, com fulcro no art. 11 do Decreto nº 7.984/2013; Código Brasileiro de Justiça Desportiva para o Desporto Educacional (CBJDE): deliberação sobre pertinência de promover a atualização/aprovação de um novo Código, nos termos do §2º do art. 11 do Decreto nº 7.984/2013. 4.Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - SNEAR Resolução dos Não-Olímpicos: deliberação sobre proposta de Resolução que define critérios de seleção dos atletas; 5. Departamento de Infraestrutura do Esporte - DIE Política Nacional de Infraestrutura do Esporte (PNE): deliberação sobre proposta de Resolução; 6. Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor - SNFDT Estatuto do Futebol; apresentação sobre análise do futebol brasileiro e projeto de revisão da legislação sobre futebol; 7. Assuntos Gerais (Palavra aos Conselheiros) Reconhecimento de modalidades esportivas, e conceituação/diferença entre "Esporte" e "Modalidade Esportiva". O Secretário Especial do Esporte, Décio Brasil, iniciou cumprimentando e agradecendo a todos por estarem presentes na quinquagésima reunião do Conselho Nacional do Esporte; informou que ministra a reunião oficialmente como suplente do Presidente do Conselho Nacional do Esporte e o Secretário Adjunto, Marco Araújo Souto de Araújo, como suplente da Secretária Executiva do Ministério da Cidadania, tendo em vista a publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 1.763, de 11 de setembro de 2019. Prosseguiu apresentando a nova estrutura da Secretaria Especial do Esporte, informou que o Sr. José Carlos Pinheiro secretariará o Conselho apoiado pela Sra. Mariana Souza Furtado. Prosseguiu apresentando os Secretários Nacionais do Esporte e passou a palavra aos conselheiros, para se apresentarem. Encerradas as apresentações, o Secretário Especial do Esporte, Décio Brasil, passou a palavra ao Sr. Lars Grael que explanou sobre a Comissão Nacional dos Atletas - CNA, adentrou na história da Comissão e expôs aos membros que mesmo com o impacto do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, a Comissão Nacional dos Atletas - CNA, permanecerá. Após a explanação o Secretário, Décio Brasil, ressaltou que a CNA é uma representatividade importante para a política do esporte no Brasil e que o processo para a recriação dela encontra-se na Casa Civil. Prosseguiu com a Pauta sugerindo que as reuniões do Conselho fossem realizadas quadrimestralmente. Com a palavra o conselheiro Molina ponderou que esse prazo pode prejudicar as reflexões e os debates examinados pelo Conselho, colocando a importância de ser trimestralmente. O conselheiro Rogério Sampaio concordou, mas entende que futuramente seja revista a periodicidade das reuniões. Após considerações, foi acolhida a sugestão das reuniões ordinárias serem realizadas quadrimestralmente e as reuniões extraordinárias serem convocadas, a critério do Presidente, na hipótese de fatos relevantes que imponham a sua realização. Passou - se para o próximo ponto da pauta, com a palavra o Diretor de Projetos da Secretaria Especial do Esporte, Celso Perlicio, que apresentou a proposta do Plano Nacional do Desporto - PND. O Diretor de Projetos informou que a proposta de texto foi encaminhada, via e-mail, no dia vinte e três de agosto aos conselheiros, no qual foi solicitado que estes fizessem as considerações até o dia cinco de setembro. Agradeceu os Conselheiros, Alexandre Angonese, Pedro Mello e a Conselheira Ana Moser, pelas sugestões e ressaltou as considerações do Comitê Brasileiro de Clubes - CBC. Destacou que a proposta ora apresentada era similar à que fora apreciada pelo CNE na 43ª Reunião, em março de 2018, e ressaltou que após aquele encontro o Plano Nacional do Desporto foi assinado pelos Ministros do Esporte, da Educação e da Defesa e enviado para a Casa Civil da Presidência da República em novembro de 2018, tendo retornado este ano em virtude da mudança de governo. Informou que competiu à Diretoria de Projetos avaliar o PND e que foram realizadas adequações pontuais juntamente com as Secretarias Finalistas da Secretaria Especial do Esporte, tais como: vinculação de ações às metas e criação de indicadores de desempenho. Após apresentação, apresentou o fluxograma dos trâmites futuros do PND, que será encaminhado ao Gabinete do Ministro da Cidadania, passará pela Consultoria Jurídica dos Ministérios da Cidadania, Educação e Defesa, e, após assinatura dos Ministros, será remetido para a Casa Civil para apreciação e posterior envio ao Legislativo. Em seguida o Secretário Especial do Esporte, passou a palavra aos membros. Com a palavra, o Conselheiro Luciano Cabral, ressaltou a importância de destacar o Esporte Universitário nas diretrizes do PND. O conselheiro Sérgio Sartori sugeriu inserir as entidades que dão sustentação na política do esporte com relação ao Ministério da Saúde. O Conselheiro Molina fez a observação quanto à inclusão do incentivo da ciência no esporte, entendendo ser incentivos expostos à ciência do desporto de um modo geral, e não restrito a uma modalidade, ressaltando que há inúmeros laboratórios espalhados pelo país, e que estes precisam de incentivo, sugerindo que ao invés de restringir ao futebol, ampliasse, substituindo por desporto. O conselheiro Rogério Sampaio apresentou a preocupação em colocar como meta somente o resultado esportivo, não sendo este a única plataforma para definir o trabalho. Com a palavra a conselheira Ana Moser destacou que dentro dos objetivos do Plano Nacional seria importante incluir a melhoria de vida e a inclusão social, que precisa ser desburocratizada. Complementou que as ações deverão ser de infraestrutura, o que é uma parcela importante, uma vez que quarenta por cento das escolas não têm infraestrutura para prática esportiva, sendo importante direcionar os planos municipais e dar visibilidade ao Plano Nacional. O conselheiro Humberto Panzetti ressaltou a importância de se atentar em relação ao orçamento, uma vez que os resultados estão ligados a ele. Após debate, deliberou-se pelo prosseguimento dos trâmites da proposta do Plano Nacional do Desporto. O Secretário Especial agradeceu aos Conselheiros prosseguiu informando que todas as observações foram oportunas e destacou que as diretrizes e metas estabelecidas abrangem todo o aspecto esportivo, e que os comentários e sugestões serão avaliados. Após os membros serem ouvidos sobre o Plano Nacional do Desporto, passou-se para o próximo ponto da pauta. O Secretário Especial, informou sobre a renúncia da Auditora do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem - TJD-AD, Luísa Parente, a qual foi indicada pelas Entidades Sindicais dos Atletas. Para substituí-la, a Comissão Nacional dos Atletas, enquanto ativa, foi consultada, conforme Resolução CNE nº 47, de 10 de outubro de 2016. Após três indicações serem apresentadas e acolhidas pelos conselheiros passou-se para a votação, sendo por maioria de votos eleita a Dra. Danielle Zangrando, com sete votos. Absteve-se da votação, o Secretário Especial do Esporte, a Secretária Luísa Parente e o Conselheiro Rogério Sampaio. Com a palavra o Secretário do Esporte, prosseguiu informando que as prestações de conta dos recursos oriundos da Lei Agnelo-Piva deverão ser apresentadas com antecedência, para que seja feita uma avaliação junto com o Controle Interno e à Consultoria Jurídica do Ministério da Cidadania. Após passou-se para o próximo ponto da pauta, Esportes Eletrônicos, tendo o Secretário Especial do Esporte solicitado que fosse formada uma comissão que faça o estudo desse assunto para ser apresentado na próxima reunião. Com a palavra conselheiro Panzetti destacou a importância do E-esporte ser estudado, concordando na formação da comissão, e se colocando à disposição para compor o grupo de estudo. Sugeriu que em uma comissão de estudo seja incluído, também, o reconhecimento de modalidades esportivas, e conceituação entre "Esporte" e "Modalidade Esportiva", assunto de pauta sugerido pelo Sr. Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física, CONFEF. O conselheiro Luciano Cabral também ressaltou a importância do assunto e se colocou à disposição para compor o grupo. O Secretário Especial, Sr. Décio Brasil, propôs que o conselheiro Panzetti seja o relator da comissão, e que CBDU e CBDE participem juntamente com o CONFEF, e representando a Secretaria do Esporte, o Secretário Emanuel Régio. O Conselheiro Sergio Sartori sugeriu que o Sr. Lars Grael faça parte da comissão, em virtude da história do conhecimento e do que ele pode contribuir para o grupo. O Secretário, Décio Brasil, informou que o trabalho será apresentado na próxima reunião do Conselho, que acontecerá em dezembro. O Secretário Especial prosseguiu apresentando aos conselheiros os projetos lançados na Secretaria Especial do Esporte, ressaltando o projeto "Jornada do Esporte-Cidadão", recentemente realizado na cidade de Fortaleza-CE. Informou sobre a recomposição



do bolsa atleta. Informou também que o projeto "Estação-Cidadania" juntamente com o projeto "Município Mais Cidadão" atuarão na área do esporte educacional, na diretriz do Ministério da Cidadania de integrar e sistematizar os Jogos Escolares Municipais, e informou que na Lei de Incentivo ao Esporte foram autorizados, neste ano, duzentos e quatorze projetos. Após, o Secretário Especial passou a palavra para a Secretária da ABCD, Luísa Parente, que informou sobre a atualização da Resolução nº 60/2018, que está sendo feita pela ABCD, e que posteriormente será encaminhada ao Conselho a revogação da atual. Informou, também, sobre a revogação da Resolução nº 53/2017 que também será encaminhada oportunamente na próxima reunião do CNE. Prosseguiu ressaltando que a Política Nacional Antidopagem, tem hoje Decreto, Lei Pelé, Resoluções, mas carece de um documento formal, de modo que possa envolver todos os entes do sistema. Em relação a gestão da ABCD, foi apresentada aos conselheiros os pilares de transparência, legalidade e gestão integrada. Após, o Secretário Especial, fez a leitura do terceiro item de pauta, passando a palavra para o Secretário Washington Cerqueira, que iniciou sua fala solicitando que sejam requeridas informações aos Estados sobre a utilização dos recursos das loterias, sustentando que deve-se exigir prestações de contas dos Estados, pois acredita que a maioria não investe no esporte os valores que são repassados pelas loterias. Complementou que todas as Secretarias Estaduais de Esporte são beneficiadas com recursos oriundos das loterias federais, que atualmente chega a 1% das arrecadações dessas loterias, e são distribuídos nos vinte e seis Estados e Distrito Federal. Afirmando que na teoria, a legislação exige que os recursos sejam aplicados prioritariamente em jogos escolares, desporto educacional, instalações esportivas e esporte para pessoas com deficiências, contudo, na prática o governo desconhece como se dá de fato a utilização desses recursos, ou seja, dentro de um trabalho da SNEIS, foi observado que alguns Estados utilizam corretamente esses valores, mas foi solicitado que as prestações de contas sejam feitas para saber se realmente esses valores chegam a atender as necessidades dos Estados mais distantes. O Secretário do Esporte solicitou o apoio do atual Presidente do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Esporte e Lazer, Sr. Aildo Rodrigues e do conselheiro Sr. Antônio Hora Filho, para que solicitem aos Estados para fazer as prestações de contas. O Conselheiro, Antônio Hora, solicitou que haja uma orientação prévia de como o recurso deve ser utilizado, e sugeriu, também, uma recomendação expressa pela parte do Ministério, e que os Secretários utilizem conforme a lei, alertando que ao final do exercício haverá uma prestação de conta. O Secretário Washington, prosseguiu com o próximo item da pauta, referente a atualização/aprovação de um novo Código Brasileiro de Justiça Desportiva para o Desporto Educacional - CBJDE, informou sobre o prazo inserido na Lei Pelé, de cento e oitenta dias, que o Conselho Nacional do Esporte tem para aprovar e regulamentar o CBJDE. Sugeriu aproveitar algumas diretrizes do Código do COB. Após, o Secretário, Décio Brasil, sugeriu que o CBDU e a CBDE entrem em consenso com o COB, para que juntos formem um código e acabe com as ações na justiça comum. Após, o Secretário Especial, Décio Brasil, passou a palavra ao Secretário da SNEAR, Sr. Emanuel Rego, que esclareceu aos conselheiros que a Resolução dos Não-Olímpicos passa anualmente pela avaliação do CNE. Informou ter enviado para cada membro uma minuta técnica explicando que a única mudança é a inclusão da categoria inscritos nas modalidades administradas pela Confederação Brasileira de Esporte de Surdos; informou, também, que a inclusão foi feita em 2016, e que ficou fora das últimas duas resoluções de 2017 e 2018, devido a urgência das Olimpíadas de 2016, mas retorna agora, ficando para aprovação do conselho. Com a palavra o Secretário do Esporte esclareceu sobre a SNEAR ter feito prestação de conta neste ano, relacionada aos recursos recebidos no ano passado, informou que as prestações de contas foram avaliadas de acordo com que prevê a Portaria nº 52, tudo cumprido religiosamente com o que é previsto. Posteriormente, o Secretário Especial do Esporte abre para as discussões e passou a palavra para o Sr. Mário Brasil, Diretor do Departamento de Infraestrutura do Esporte - DIE, que apresentou a proposta de resolução da Política Nacional de Infraestrutura do Esporte (PNIE), com a intenção de enfrentar problemas relativos à infraestrutura do esporte, e a ideia de construir a questão da operação e manutenção. Informou que a construção dessa política teve início em 2017 com a realização de um diagnóstico da infraestrutura do esporte com base em algumas fontes. Informou, também, que a primeira delas foi o IBGE, que produziu em 2003 e 2016 algumas avaliações, e que dentre elas havia uma estrutura do esporte; nessa avaliação se concluiu que comparando a oferta da infraestrutura do esporte com uma demanda teórica baseada em dados da UNESCO, haveria um excesso de edificações e espaços esportivos. Houve um grande investimento no período 2014, para realização da Copa do Mundo, posteriormente, para o evento Olímpico, e após isso, um decréscimo na destinação de recurso para novas implantações. Observa-se que apesar de termos em torno de 96% dos municípios com alguma infraestrutura de esporte, ainda há municípios, particularmente aqueles com até 15 mil habitantes, ou com densidade demográfica de 25 habitantes por quilômetro quadrado, que não possuem edificações esportivas e ainda não há para uma política de manutenção daquilo que existe. A proposta visa manter a edificação do espaço esportivo no país para promoção do desporto educacional e do desporto de alto rendimento, sendo baseado em uma visão de transformação. A intenção é deixar claro o que significa cada espaço e edificação, pois na apresentação de propostas isso pode se configurar de uma maneira facilmente verificável. Ressaltou que foi observado no esporte educacional e de alto rendimento, a inclusão social, a ideia da democratização e universalização de acesso; foi considerada a evolução demográfica do país, a questão do envelhecimento da população, a associação do esporte na questão da hígidez, desenvolvendo parcerias com o Ministério da Saúde, Ministério da Educação e o próprio Ministério da Cidadania. Incluiu-se também a questão da sustentabilidade no aspecto ambiental, a sustentabilidade da operação do empreendimento da edificação, e a sustentabilidade da atividade esportiva dentro daquele empreendimento. Há no departamento a fase interna concluída, de desenvolvimento de um curso de planejamento e gestão em infraestrutura do esporte, para disponibilizar isso para os Municípios, Distrito Federal e Estados, visando a capacitação de pessoas para pensar infraestrutura de esporte de uma maneira holística. Citou algumas metas, como o estudo de viabilidade técnica, econômica, ambiental, social e legal, passando a ter um caráter realmente obrigatório para as propostas que adentrarem à Secretaria Especial do Esporte, para que haja uma avaliação. Esclareceu que o DIE está finalizando um manual que sugere a orientação de manutenção da infraestrutura de esporte e as atribuições aos entes que participam dessa política, sendo que a atribuição maior cabe ao Ministério da Cidadania, na promoção dessas ideias e, principalmente, na capacitação. Esclareceu que a proposta da Política Nacional de Infraestrutura de Esporte já passou pela Consultoria Jurídica do Ministério da Cidadania, pelo Controle Interno e pela Secretária Executiva sendo agora submetida ao CNE, e que os Municípios possam perceber que o assunto não foi apenas tratado por grupo mínimo de pessoas. Após a explanação, o Secretário do Esporte passou a palavra aos conselheiros. Com a palavra o Conselheiro Molina sugeriu que caberia colocar como elemento de infraestrutura os laboratórios de pesquisa de exercício e do treinamento esportivo; e em relação ao lazer, ressaltou que não consta nenhuma referência; entende que são múltiplas as fontes do alto rendimento, como a escola, o parque público, o lazer, já que são tributários do esporte de alto rendimento, então parece que talvez essa articulação dos parques públicos das cidades,

enquanto infraestrutura também para a prática de esporte seria interessante estar presente na PNIE. Os conselheiros Panzetti, Luciano e Rogério parabenizaram a proposta da PNIE, A conselheira Ana Moser pontuou sobre se ter um diagnóstico acerca de projetos e iniciativas, sugerindo ser pontuado também no PNIE a questão pessoal e de projetos, pois é uma ação que vai na direção dos municípios, reforçando que é relevante pensar nas pessoas também. O Presidente da CONFEF, Jorge Steinhilber, solicitou que no artigo 3º, §2º, inciso II substitua educador físico por profissional de educação física. O Secretário Especial acolheu a solicitação e solicitou o ajuste no plano. Seguindo com a pauta o Secretário do Esporte passou a palavra ao Secretário Ronaldo Lima dos Santos que iniciou a apresentação sobre análise do futebol brasileiro e projeto de revisão da legislação sobre futebol. Iniciou com algumas considerações sobre a importância do futebol e as inovações tecnológicas, abordou a respeito do projeto, que custou R\$ 11 milhões, e estava desde 2004 parado, que diz respeito ao Sistema Brasileiro de Cadastro de Estádios, ressaltou que esse projeto está sendo otimizado atualmente, com um provedor em Brasília, ocorrendo diversas reuniões com a UFRJ. Ressaltou também sobre a redução das dívidas dos clubes, que será tratada na proposta do Estatuto do Futebol. Fez uma apresentação de como está o futebol e o que se pretende. Prosseguiu passando a palavra ao Sr. Dagoberto dos Santos, Diretor do Departamento do Futebol da Secretaria Nacional, que apresentou uma avaliação atual do futebol, onde o diagnóstico não é bom. Outra questão abordada foi a Lei Pelé, considerado um marco divisório no futebol e no esporte de maneira geral, trouxe uma série de vantagens, contudo o tempo passou, e atualmente ocorre uma confusão jurídica, precisando ser aprimorada e atualizada de uma maneira que atenda o mercado atual. Sobre o clube de futebol, ressaltou que cada um decide por si próprio, e que quando se divide são fracos, sem nenhuma capacidade de influenciar grandes decisões. Abordou também sobre os investidores, que existe dinheiro a ser aplicado no futebol; esses investidores estão aguardando a reunião da indústria, aguardando a profissionalização dos clubes e aguardando novo marco regulatório que lhes de segurança jurídica. Informou que o papel da Secretaria Especial do Esporte é aprimorar o marco regulatório na área do futebol, com intuito de apresentar soluções para o desenvolvimento do setor. Complementou que a meta é criar o Estatuto do Futebol, congregando em um único diploma legal todo marco regulatório. Será criada uma comissão temporária formada por pessoas notáveis em cada área de segmento para discutir o futebol nos seguintes temas: relações de trabalho; formação esportiva; prática do futebol profissional; sociedades anônimas do futebol, capital aberto e capital fechado; calendário do futebol; o antidoping; o PROFUT ou programa de saneamento do futebol; direitos e defesas do torcedor, da seleção brasileira, direito a imagem, direito a arena, direito econômico, futebol feminino, entre outros assuntos. Previsão de entrega desse Projeto de Estatuto do Futebol será em 2021, relevante pontuar que os membros da comissão não serão remunerados e não ocorrerão pagamentos de despesas, como viagens para participação dessa comissão. Estando o tema da pauta esgotado, o conselheiro Alexandre Angonese convidou os conselheiros para os 7os Jogos Mundiais Militares, esclarecendo que estão a 35 dias para abertura dos mesmos, que ocorrerá no dia 18 de outubro de 2019, na cidade de Wuhan, China. O conselheiro Luciano Cabral convidou o Ministro e todos os presentes para participarem da abertura dos Jogos Universitários Brasileiros, que ocorrerá nos dias 21 a 28 de outubro de 2019. Após, o conselheiro Vicente Molina lembrou que nos dias 16 a 20 de setembro de 2019 ocorrerá o 21º Congresso Brasileiro da Ciência do Esporte - CONBRACE e 8º Congresso Internacional de Ciência do Esporte (entidade de plataforma que congrega múltiplas modalidades científica), e esclareceu que o referido evento recebeu repasse de recurso da Secretaria, agradecendo por todo apoio. Após, O Secretário Especial do Esporte convidou todos para participarem do Seminário Internacional de Políticas Públicas do Ministério da Cidadania, que ocorrerá nos dias de 17 e 18 de setembro de 2019. Convidou ainda para participarem da Cúpula de Integridade de Esporte, que ocorrerá no dia 2 de outubro de 2019, com a participação da Dra. Tatiana Mesquita Nunes, Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem. Ressaltou que as reuniões ordinárias do CNE serão quadrimestrais, sendo que as extraordinárias serão convocadas caso seja necessário. Agradeceu a todos e passou a palavra ao Ministro, Osmar Terra, Presidente do Conselho Nacional do Esporte, que cumprimentou e agradeceu a presença de todos, informou que o empenho do Ministério da Cidadania é usar todas as formas e capacidades para reforçar o esporte nacional, objetivando fazer do Brasil uma potência esportiva mundial, respeitada, sendo o segredo a união, para que juntos haja o estímulo da população. Prosseguiu parabenizando o COB pelo resultado nos Jogos Pan-americanos de Lima. Ressaltou que o trabalho como Ministro juntamente com o Secretário Especial do Esporte é procurar viabilizar o maior recurso possível, reunindo com a Eletrobrás, BNDES, Estatais, para que invistam no esporte, como também na cultura. Prosseguiu informando que o objetivo é ir aos municípios buscar novos talentos e esses novos atletas se tornarem exemplos, focando em uma cadeia positiva para enfrentar a pobreza e o crime organizado. Informou também que pretende visitar todas as bancadas do Congresso, por Estados, solicitando mais recursos. Pontuou que pretende trabalhar por mesorregiões no país, e que em cada mesorregião pretende ter uma miniolimpíada, e que acertou com o BNDES, para custear o bolsa atleta, no valor de trezentos reais, para que os jovens que surgirem tenham estímulo, para a família colocar as crianças para praticarem esportes. Praticamente dobrará a bolsa atleta, em torno de mais 5 (cinco) mil bolsas, com o surgimento dos jogos escolares por mesorregião. Pretende também com os atletas premiados, aqueles que honraram o Brasil, que todos esses possam ter oportunidade durante seu desempenho esportivo ou depois ter acesso, por exemplo, a cursar universidade privada sem pagar mensalidades, e que ele está tratando dessa negociação com a Associação Nacional de Universidades Particulares - ANUP. Ressaltou que o Secretário Especial, Décio Brasil está conversando com o Ministro da Defesa e com o Ministro Paulo Guedes para que o atleta de alto rendimento, ao término de sua carreira esportiva, tenha a oportunidade de ser incorporada nas Forças Armadas, para auxiliar treinadores. Esclareceu que essas ações são voltadas para tornarem o Brasil uma potência esportiva, objetivando elevar o país a uma posição muito superior à que está nos dias atuais. Às 18h15 o Ministro agradeceu a presença de todos e finalizou a reunião.

OSMAR GASPARINI TERRA
Presidente do Conselho

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA SECRETARIA DA DIVERSIDADE CULTURAL

PORTARIA Nº 7, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre retificação da Portaria nº 5, de 14/10/2019 do Edital de Seleção Pública n.º 1, de 21 de junho de 2019, Culturas Populares - Edição Teixeira.

O Secretário da Diversidade Cultural da Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Art. 78 do Decreto nº 9.674, de 2 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Retificar a Portaria nº 5, de 14/10/2019 que dispõe sobre a inclusão de candidato na lista de habilitados do Edital de Seleção Pública n.º 1, de 21 de junho de 2019, Culturas Populares - Edição Teixeira, publicado no Diário Oficial da União de 24 de junho de 2019, Seção 3, página 5.

Onde se lê: Incluir na lista das pessoas físicas inabilitadas o seguinte candidato.

Leia-se: Incluir na lista das pessoas físicas habilitadas o seguinte candidato.

I - PESSOA FÍSICA (MESTRES E MESTRAS) HABILITADA:

Nº	Candidato(a)	CPF	Cidade	UF	Região	Situação
1	José Carlos Teixeira de Souza	277.807.538-09	São Sebastião	SP	Sudeste	Habilitado

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO CARVALHO AMARAL

